

RELATÓRIO DE GESTÃO

2025

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Designação	Fundação Dr. Francisco Cruz
Morada	Rua Dr. Francisco Cruz
Código postal	2260-226 Praia do Ribatejo
Localidade	Praia do Ribatejo - Vila Nova da Barquinha

DADOS DA ENTIDADE	
Número de identificação fiscal (NIF)	500122229
Classificação de atividade económica (CAE)	87301
Conservatória	Vila Nova da Barquinha

Relatório de gestão respeitante ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

Vem o Conselho de Administração da Fundação Dr. Francisco Cruz, apresentar o relatório de gestão, anexando-lhe o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo.

1. Evolução da atividade da entidade

A entidade tem vindo a desenvolver a sua atividade com normalidade, pelo que os seus objetivos têm vindo a ser realizados segundo os padrões pretendidos.

1.1. Administração

Á data do presente relatório, o Conselho de Administração é composto pelos seguintes membros:

- Ana Maria Santarém da Cruz Portela Moreira;
- Adelino dos Santos Amaral;
- Miguel Lopes Ascensão;
- Maria Manuela de Jesus Inácio Maia Aranha;
- José Augusto Martinha Anacleto Pimenta.

1.2. A estrutura de gastos e perdas evoluiu dentro do previsto, tal como se apresenta:

GASTOS E PERDAS	31/dez/25	31/dez/24	Δ Valor	Δ %
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	80 641	76 079	4 562	6,00%
Fornecimentos e serviços externos	254 378	257 601	-3 223	-1,25%
Gastos com o pessoal	734 348	638 851	95 497	14,95%
Gastos de depreciação e de amortização	20 702	19 883	819	4,12%
Perdas por imparidade	0	0	0	0,00%
Perdas por reduções de justo valor	0	0	0	0,00%
Provisões do período	0	0	0	0,00%
Outros gastos e perdas	8 300	572	7 729	1352,32%
Gastos e perdas de financiamento	0	0	0	100,00%
TOTAL	1 098 370	992 985	105 384	10,61%

1.3. A estrutura de rendimentos e ganhos evoluiu da seguinte forma:

RENDIMENTOS E GANHOS	31/dez/25	31/dez/24	Δ Valor	Δ %
Vendas	0	0	0	0,00%
Prestações de serviços	988 545	890 114	98 430	11,06%
Variações nos inventários de produção	0	0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0,00%
Subsídios, doações e legados à exploração	15 970	6 487	9 483	146,17%
Reversões	0	0	0	0,00%
Ganhos por aumentos de justo valor	0	0	0	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	18 551	24 263	-5 712	-23,54%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0,00%
TOTAL	1 023 065	920 865	102 201	11,10%

Foram concedidos à Fundação os seguintes subsídios, doações e legados à exploração:

SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	31/dez/25	31/dez/24
ISS, IP Centro distrital de Santarém - Acordos de cooperação	-	-
IEFP - Estágios	-	-
POPH - Formação	-	-
Outros subsídios	-	-
Donativos	15 970	6 487
TOTAL	15 970	6 487

1.4. No exercício em análise a organização obteve os seguintes resultados:

RESULTADOS	31/dez/25	31/dez/24	Δ Valor	Δ %
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	-54 602	-52 238	-2 364	-4,53%
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	-75 304	-72 121	-3 184	-4,41%
Resultado financeiro	0	0	0	0,00%
Resultado antes de impostos	-75 304	-72 121	-3 184	-4,41%
Imposto sobre o rendimento do período	0	0	0	0,00%
Resultado líquido do período	-75 304	-72 121	-3 184	-4,41%

1.5. A entidade verificou a seguinte evolução dos fundos patrimoniais:

FUNDO PATRIMONIAL	31/dez/25	31/dez/24	Δ Valor	Δ %
Fundos	261 506	261 506	0	0,00%
Excedentes técnicos	0	0	0	0,00%
Reservas	0	0	0	0,00%
Outras reservas	0	0	0	0,00%
Resultados transitados	415 049	487 170	-72 121	-14,80%
Excedentes de revalorização	0	0	0	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	8 706	9 767	-1 062	-10,87%
Resultado líquido do período	-74 305	-72 121	-2 184	-3,03%

2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não se verificaram factos subsequentes que justifiquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

3. Evolução previsível da atividade

A atividade terá um incremento em virtude da atualização das mensalidades dos utentes da “Estrutura Residencial para Idosos” e do aumento das participações do ISS.

4. Breve análise da situação económico-financeira da organização**4.1. No que respeita análise da liquidez (equilíbrio financeiro), a evolução verificada no exercício é apresentada da seguinte forma:**

RÁCIOS FINANCEIROS	Fórmula	31/dez/25	31/dez/24
Debt to equity (estrutura financeira)	Passivo total / Fundo Patrimonial	0,31	0,31
Endividamento global	Ativo total / Passivo total	0,24	0,24
Solvabilidade	Fundo Patrimonial/ Passivo total	3,25	4,21
Autonomia financeira	Fundo Patrimonial / Ativo Líquido	0,76	1,74

4.2. A análise da liquidez (equilíbrio financeiro) é apresentada da seguinte forma:

RÁCIOS DE LIQUIDEZ (equilíbrio financeiro)	Fórmula	31/dez/25	31/dez/24
Liquidez geral	Ativo corrente / Passivo corrente	2,10	2,64
Liquidez reduzida	(Ativo corrente - inventários - ativos biológicos - ativos não correntes detidos para venda) / Passivo corrente	2,07	2,63
Liquidez imediata	Meios financeiros líquidos / Passivo corrente	1,94	2,42

5. Dívidas à Administração Fiscal, à Segurança Social e a outras entidades

A entidade não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária, à Segurança Social, nem a qualquer outra entidade pública. Quanto às entidades privadas estão a ser cumpridos os prazos de pagamento.

6. Estrutura do quadro de pessoal

ESTRUTURA DO QUADRO DE PESSOAL	31/dez/25	31/dez/24
Contratos a termo	5	8
Contratos sem termo	34	35
TOTAL	39	43

7. Despesas com pessoal e administração

As despesas com pessoal e administração, face ao rendimento global, apresentam a seguinte relação:

Fórmula	31/dez/25	31/dez/24
Despesas com pessoal e administração / Rendimentos anuais	0,71	0,69

8. Alienação de bens que integram o património inicial da Fundação

Não foi efetuada qualquer alienação de bens que integram o património inicial da Fundação.

9. Aplicação de resultados

Face ao exposto anteriormente, o conselho de administração propõe que o resultado líquido do exercício de 75.304,26 € negativos (setenta e cinco mil, trezentos e quatro euros e vinte e seis cêntimos) seja concretizado em resultados transitados.

10. Considerações Finais

Existiram condicionalismos nacionais de que são exemplo: a redução de rendimentos das pessoas, o crescimento dos custos com pessoal em virtude do aumento do ordenado mínimo e o aumento generalizado da inflação.

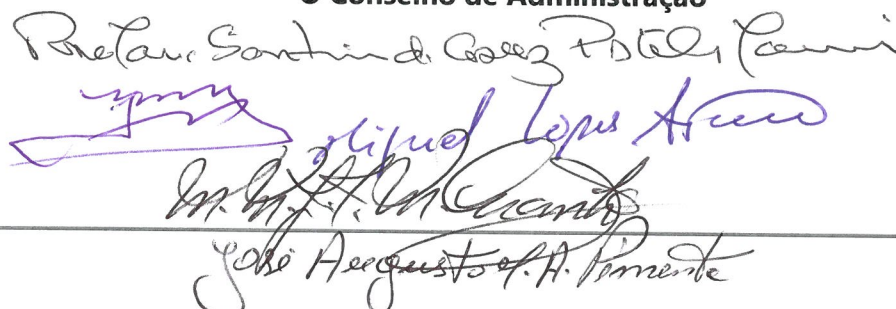
No decorrer deste ano o Conselho de Administração procurou fazer uma gestão rigorosa e cuidada de acordo com o cumprimento dos estatutos e testamento do fundador.

11. Agradecimentos

O Conselho de Administração agradece a colaboração prestada por todos os funcionários e demais parceiros que com ela se relacionaram.

Praia do Ribatejo, 29 de abril de 2026

O Conselho de Administração



 Pretar Santana de Góes + D. Tel. Cami

 Miguel Lopes Alves

 Inês A. M. Almeida

 João Augusto A. Pereira

FUNDAÇÃO DR. FRANCISCO CRUZ

Anexo

2025

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

•	Balanço Individual em 31 de dezembro de 2025	4
•	Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de dezembro de 2025	5
•	Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de dezembro de 2025	6
•	Anexo	
1	Identificação da Entidade.....	8
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	8
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	8
3.1	Bases de Apresentação	9
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	10
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	14
5	Propriedades de Investimento.....	15
6	Ativos Intangíveis	15
7	Ativos Biológicos	15
8 e 9	Participações Financeiras.....	16
10	Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados	16
11	Outros Ativos Financeiros	16
12	Ativos por Impostos Diferidos.....	16
13	Inventários	16
14	Clientes e Utentes	17
15	Adiantamentos a Fornecedores.....	17
16	Estado e Outros Entes Públicos.....	17
17	Outras contas a receber	17
18	Diferimentos	18
19	Ativos e Passivos Financeiros Disponíveis para Negociação.....	18
20	Outros Ativos Financeiros	18
21	Ativos Não Correntes Detidos para Venda	18
22	Caixa e Depósitos Bancários	18
23	Fundos Patrimoniais.....	18
24	Outros Instrumentos de Capital Próprio.....	19
25	Reserva Legal.....	19
26	Resultados Transitados	19
27	Excedentes de Revalorização	19

28	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais.....	19
29	Provisões	19
30	Financiamentos Obtidos	20
31	Outras contas a pagar	20
32	Fornecedores	20
33	Adiantamentos de Clientes	20
34	Outros Passivos Financeiros.....	20
35	Vendas e prestação de serviços	21
36	Subsídios doações e legados à exploração	21
37	Ganhos e Perdas Decorrentes dos Investimentos Financeiros.....	21
38	Variação nos Inventários da Produção.....	21
39	Trabalhos para a Própria Entidade.....	21
40	Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	21
41	Fornecimentos e serviços Externos.....	22
42	Gastos com pessoal.....	22
43	Imparidade de Investimentos Não Depreciáveis/Amortizáveis.....	22
44	Aumento/Redução de Justo Valor	22
45	Outros rendimentos e ganhos	23
46	Outros gastos e perdas	23
47	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	23
48	Imparidades de Investimentos Depreciáveis/Amortizáveis.....	23
49	Resultados Financeiros.....	24
50	Partes Relacionadas	24
51	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	24
52	Acontecimentos após data de Balanço.....	24

Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Fundação Dr. Francisco Cruz
Balço Individual em 31 de Dezembro de 2025
 (Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.25	31.Dez.24
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	386 236,74	402 223,74
Propriedades de investimento	5	8 514,93	8 514,93
Outros activos financeiros	11	9 208,45	8 806,18
Activos por impostos diferidos	12	-	-
Total dos Activos Não Correntes		<u>403 960,12</u>	<u>419 544,85</u>
Inventários	13	4 244,03	1 903,33
Clientes	14	14 395,71	19 467,41
Estado e outros entes públicos	16	2 157,85	1 725,46
Outras contas a receber	17	8 057,59	11 645,98
Diferimentos	18	321,84	1 360,76
Activos financeiros detidos para negociação	19	-	-
Caixa e depósitos bancários	22	<u>364 543,32</u>	<u>393 537,44</u>
Total dos Activos Correntes		<u>393 720,34</u>	<u>429 640,38</u>
		<u>797 680,46</u>	<u>849 185,23</u>
Fundo Patrimonial			
Fundos	23	261 505,79	261 505,79
Resultados transitados	26	415 049,10	487 169,67
Outras variações nos fundos patrimoniais	28	8 705,52	9 767,21
Resultado líquido do exercício		<u>(75 304,26)</u>	<u>(72 120,57)</u>
Total dos Capitais Próprios		<u>609 956,15</u>	<u>686 322,10</u>
Passivo			
Financiamentos obtidos	30	-	-
Total dos Passivos Não Correntes		-	-
Fornecedores	32	20 779,50	24 847,48
Adiantamento de clientes	33	21 738,59	20 995,17
Estado e outros entes públicos	16	16 936,65	15 890,99
Financiamentos obtidos	30	87,94	-
Outras contas a pagar	34	125 849,98	98 678,58
Diferimentos	28	<u>2 331,65</u>	<u>2 450,91</u>
Total dos Passivos Correntes		<u>187 724,31</u>	<u>162 863,13</u>
Total do Passivo		<u>187 724,31</u>	<u>162 863,13</u>
		<u>797 680,46</u>	<u>849 185,23</u>

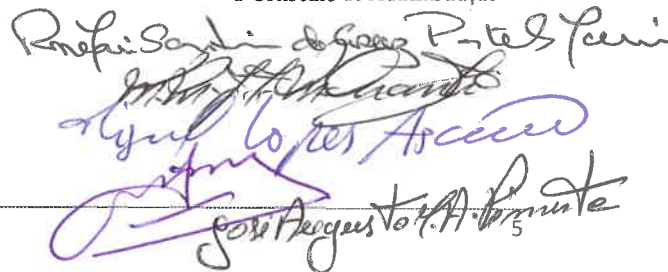
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 31 de Dezembro de 2025

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Fundação Dr. Francisco Cruz

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.25	31.Dez.24
Prestação de serviços	35	988 544,65	890 114,33
Subsídios à exploração	36	15 970,00	6 487,43
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	40	(80 641,12)	(76 079,30)
Fornecimentos e serviços externos	41	(254 377,87)	(257 600,99)
Gastos com o pessoal	42	(734 347,88)	(638 850,54)
Outros rendimentos e ganhos	45	18 550,72	24 263,01
Outros gastos e perdas	46	(8 300,30)	(571,52)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(54 601,80)	(52 237,58)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	47	(20 702,46)	(19 882,99)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	48	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(75 304,26)	(72 120,57)
Resultado antes de impostos		(75 304,26)	(72 120,57)
Resultado líquido do período		(75 304,26)	(72 120,57)

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 31 de Dezembro de 2025

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Fundação Dr. Francisco Cruz
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

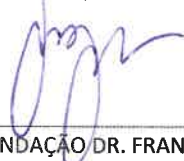
(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.25</u>	<u>31.Dez.24</u>
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		996 196,01	893 212,45
Pagamentos a fornecedores		(341 794,35)	(331 831,35)
Pagamentos ao pessoal		(711 379,38)	(631 667,67)
Caixa gerada pelas operações		<u>(56 977,72)</u>	<u>(70 286,57)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		21 404,80	12 814,19
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		<u>(35 572,92)</u>	<u>(57 472,38)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(1 937,57)	(10 062,88)
Outros activos		-	-
		<u>(1 937,57)</u>	<u>(10 062,88)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
Juros e rendimentos similares		8 516,37	426,43
Dividendos		-	-
		<u>8 516,37</u>	<u>426,43</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		<u>6 578,80</u>	<u>(9 636,45)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>(28 994,12)</u>	<u>(67 108,83)</u>
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>393 537,44</u>	<u>460 646,27</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>364 543,32</u>	<u>393 537,44</u>

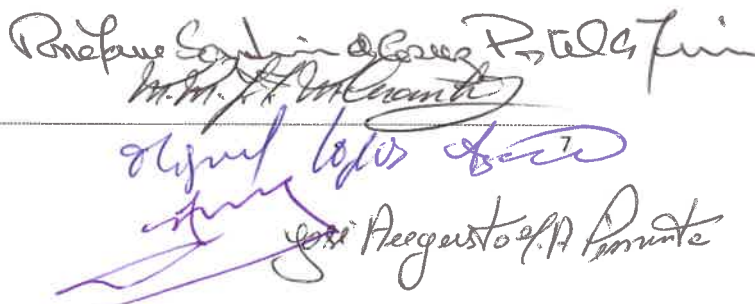
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 31 de Dezembro de 2025

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



1 Identificação da Entidade

A “FUNDAÇÃO DR. FRANCISCO CRUZ” é uma instituição particular sem fins lucrativos, fundação de solidariedade social, criada no cumprimento de disposição testamentária de Dr. Francisco Cruz, elaborada e aprovada em 17 de novembro de 1962 no 2º Cartório da Secretaria Notarial de Évora, com sede em Rua Dr. Francisco da Cruz, 2260 – 226 Praia do Ribatejo. NIF 500122229. Desenvolve a sua atividade nas seguintes respostas sociais: Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Dia e Apoio domiciliário.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 julho;
- NCRF-ESNL – Portaria N. 218/2015 de 23 julho;

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e Credores por Acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.6 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um efluxo que seja razoavelmente estimado.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir efluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes

também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor – Autoridade Tributária e Aduaneiras, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 20% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2022 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	31 de Dezembro de 2024					Saldo em 31-Dez-24
	Saldo em 01-Jan-24	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	84 179,79	-	-	-	-	84 179,79
Edifícios e outras construções	608 538,38	1 806,30	-	-	-	610 344,68
Equipamento básico	150 369,05	-	-	-	-	150 369,05
Equipamento de transporte	66 524,19	-	-	-	-	66 524,19
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	178 066,43	-	-	-	-	178 066,43
Outros activos fixos tangíveis	33 176,65	8 256,58	-	-	-	41 433,23
Investimentos em curso	3 356,84	-	-	-	-	3 356,84
	<u>1 124 211,33</u>	<u>10 062,88</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 134 274,21</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	307 018,32	13 514,84	-	-	-	320 533,16
Equipamento básico	139 004,57	3 331,95	-	-	-	142 336,52
Equipamento de transporte	66 524,16	-	-	-	-	66 524,16
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	174 849,88	1 033,59	-	-	-	175 883,47
Outros activos fixos tangíveis	24 770,55	2 002,61	-	-	-	26 773,16
	<u>712 167,48</u>	<u>19 882,99</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>732 050,47</u>

	31 de Dezembro de 2025					Saldo em 31-Dez-25
	Saldo em 01-Jan-25	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	84 179,79	-	-	-	-	84 179,79
Edifícios e outras construções	610 344,68	885,89	826,18	-	-	611 230,57
Equipamento básico	150 369,05	951,69	-	-	-	151 320,74
Equipamento de transporte	66 524,19	-	-	-	-	66 524,19
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	178 066,43	-	-	-	-	178 066,43
Outros activos fixos tangíveis	41 433,23	99,99	-	-	-	41 533,22
Investimentos em curso	3 356,84	-	-	-	-	3 356,84
	<u>1 134 274,21</u>	<u>1 937,57</u>	<u>826,18</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 136 211,78</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	320 533,16	10 952,79	-	-	-	331 485,95
Equipamento básico	142 336,52	3 952,06	-	-	-	146 288,58
Equipamento de transporte	66 524,16	-	-	-	-	66 524,16
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	175 883,47	916,54	-	-	-	176 800,01
Outros activos fixos tangíveis	26 773,16	2 103,18	-	-	-	28 876,34
	<u>732 050,47</u>	<u>17 924,57</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>749 975,04</u>

5 Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2025 e 2024, foram os seguintes:

	31 de Dezembro de 2024					Saldo em 31-Dez-24
	Saldo em 01-Jan-24	Aquisições / Dotações	Alienações	Transferências	Variação do justo valor	
Propriedade investimento - Terrenos	8 515	-	-	-	-	8 515
Propriedade investimento - Edifícios	467	-	-	-	-	467
Propriedade investimento - Depreciações Acumuladas	(467)	-	-	-	-	(467)
	<u>8 515</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8 515</u>

	31 de Dezembro de 2025					Saldo em 31-Dez-25
	Saldo em 01-Jan-25	Aquisições / Dotações	Alienações	Transferências	Variação do justo valor	
Propriedade investimento - Terrenos	8 515	-	-	-	-	8 515
Propriedade investimento - Edifícios	467	-	-	-	-	467
Propriedade investimento - Depreciações Acumuladas	(467)	-	-	-	-	(467)
	<u>8 515</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8 515</u>

6 Ativos Intangíveis

Não se aplica.

7 Ativos Biológicos

Não se aplica.

8 e 9 Participações Financeiras

Não se aplica.

10 Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados

Não se aplica.

11 Outros Ativos Financeiros

Esta rubrica inclui, os depósitos no Fundo de Reestruturação do Sector Solidário e os depósitos no Fundo Compensação do Trabalho.

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

	31-Dez-25		31-Dez-24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fundo - FRSS	-	-	-	-
FCT	8 872	-	8 806	-
(...)	-	-	-	-
Outras	337	-	-	-
	<u>9 208</u>	<u>-</u>	<u>8 806</u>	<u>-</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	<u>9 208</u>	<u>-</u>	<u>8 806</u>	<u>-</u>

12 Ativos por Impostos Diferidos

Não se aplica.

13 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

	31-Dez-25	31-Dez-24
Mercadorias	-	-
Materias primas subsidiárias e de consumo	4 244	1 903
Produtos acabados	-	-
Obras em curso	-	-
	<u>4 244</u>	<u>1 903</u>
Perdas por imparidades de inventários	-	-
	<u>4 244</u>	<u>1 903</u>

14 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

	31-Dez-25		31-Dez-24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Cientes				
Cientes conta corrente	-	14 573	-	19 644
Cientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Cientes factoring	-	-	-	-
Cientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
	-	14 573	-	19 644
Adiantamentos de clientes	-	(31 292)	-	(20 995)
Perdas por imparidade acumuladas	-	(177)	-	(69)
	-	(16 896)	-	(1 420)

15 Adiantamentos a Fornecedores

Não se aplica.

16 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

	31-Dez-25	31-Dez-24
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2 158	1 489
Outros impostos e taxas	-	236
	2 158	1 725
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	113
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	2 491	1 956
Segurança Social	14 236	13 822
Outros impostos e taxas	210	-
	16 937	15 891

17 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

	31-Dez-25		31-Dez-24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	1 089	-	254
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	5 810	-	10 674
Outros	-	1 158	-	718
	-	8 058	-	11 646
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	8 058	-	11 646

18 Diferimentos

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	<u>31-Dez-25</u>	<u>31-Dez-24</u>
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar	-	-
Seguros pagos antecipadamente	-	-
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	322	1 361
	<u>322</u>	<u>1 361</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	2 332	2 451
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
	<u>2 332</u>	<u>2 451</u>

19 Ativos e Passivos Financeiros Disponíveis para Negociação

Não se aplica.

20 Outros Ativos Financeiros

Não se aplica.

21 Ativos Não Correntes Detidos para Venda

Não se aplica.

22 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-25</u>	<u>31-Dez-24</u>
Caixa	499	3 850
Depósitos à ordem	211 045	136 687
Depósitos à prazo (i)	153 000	253 000
Outras	-	-
	<u>364 543</u>	<u>393 537</u>

23 Fundos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 o valor dos Fundos patrimoniais eram de 609.956,15€.

24 Outros Instrumentos de Capital Próprio

Não se aplica.

25 Reserva Legal

Não se aplica.

26 Resultados Transitados

Por decisão do Conselho de Administração, na reunião realizada no dia 9 de maio de 2025, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados Transitados.

27 Excedentes de Revalorização

Não se aplica.

28 Outras Variações nos Fundos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Outras variações nos Fundos Patrimoniais" apresentava os seguintes valores:

	<u>31-Dez-25</u>	<u>31-Dez-24</u>
Diferenças de conversão das demonstrações financeira	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-
Subsídios	8 706	9 767
Doações	-	-
Outras	-	-
	<u>8 706</u>	<u>9 767</u>

29 Provisões

Não se aplica.

30 Financiamentos Obtidos

	31-Dez-25		31-Dez-24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo (i)	-	-	-	-
Contas caucionadas (ii)	-	-	-	-
Contas bancárias de factoring (iii)	-	-	-	-
Locações financeiras (vi)	-	-	-	-
Outros empréstimos (vii)	-	88	-	-
	-	88	-	-

31 Outras contas a pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

	31-Dez-25		31-Dez-24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	-	108 438	-	87 070
Outros credores	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	17 412	-	11 608
	-	125 850	-	98 679

32 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

	31/dez/25	31/dez/24
Fornecedores conta corrente	20 780	24 847
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	20 780	24 847

33 Adiantamentos de Clientes

Não se aplica.

34 Outros Passivos Financeiros

Não se aplica.

35 Vendas e prestação de serviços

A rubrica “Vendas e prestação de serviços” desdobra-se da seguinte forma:

	31-Dez-25			31-Dez-24		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	988 545	-	988 545	890 114	-	890 114
	988 545	-	988 545	890 114	-	890 114

36 Subsídios doações e legados à exploração

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios doações e legados à exploração”:

	31-Dez-25	31-Dez-24
Subsídios do estado e outros entes públicos	-	-
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações e heranças	15 970	6 487
Outros subsídios	-	-
	15 970	6 487

37 Ganhos e Perdas Decorrentes dos Investimentos Financeiros

Não se aplica.

38 Variação nos Inventários da Produção

Não se aplica.

39 Trabalhos para a Própria Entidade

Não se aplica.

40 Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

A rubrica Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

	31-Dez-25			31-Dez-24		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	1 903	-	1 903	1 212	-	1 212
Compras	82 982	-	82 982	76 770	-	76 770
Custo de vendas	(80 641)	-	(80 641)	(76 079)	-	(76 079)
Saldo final em 31 de Dezembro	4 244	-	4 244	1 903	-	1 903

41 Fornecimentos e serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-25</u>	<u>31-Dez-24</u>
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	96 096	133 055
Materiais	22 197	13 599
Energia e fluídos	71 749	67 086
Deslocações, estadas e transportes	9 907	8 543
Serviços diversos (*)	54 429	35 319
Limpeza, higiene e Conforto	46 079	29 626
Comunicação	2 894	2 838
Seguros	2 323	2 035
	<u>254 378</u>	<u>257 601</u>

42 Gastos com pessoal

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	<u>31-Dez-25</u>	<u>31-Dez-24</u>
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	595 500	516 615
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	132 147	114 841
Seguros	6 427	6 318
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com pessoal	359	1 076
	<u>734 434</u>	<u>638 851</u>

43 Imparidade de Investimentos Não Depreciáveis/Amortizáveis

Nada a registar.

44 Aumento/Redução de Justo Valor

Nada a registar.

45 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

	<u>31-Dez-25</u>	<u>31-Dez-24</u>
Rendimentos suplementares	3 559	2 291
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 304	1 203
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	1 092
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	8 954	8 658
Outros rendimentos e ganhos	4 733	11 019
	<u>18 551</u>	<u>24 263</u>

46 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

	<u>31-Dez-25</u>	<u>31-Dez-24</u>
Impostos	77	47
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	104
Dívidas incobráveis	6 396	-
Perdas em inventários	1	5
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas em inv. não financeiros	-	-
Outros gastos e perdas	1 826	415
	<u>8 300</u>	<u>572</u>

47 Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

	<u>31-Dez-25</u>			<u>31-Dez-24</u>		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis	20 702	-	20 702	19 883	-	19 883
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>20 702</u>	<u>-</u>	<u>20 702</u>	<u>19 883</u>	<u>-</u>	<u>19 883</u>

48 Imparidades de Investimentos Depreciáveis/Amortizáveis

Nada a registar.

49 Resultados Financeiros

Nada a registar.

50 Partes Relacionadas

Nada a registar.

51 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

52 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

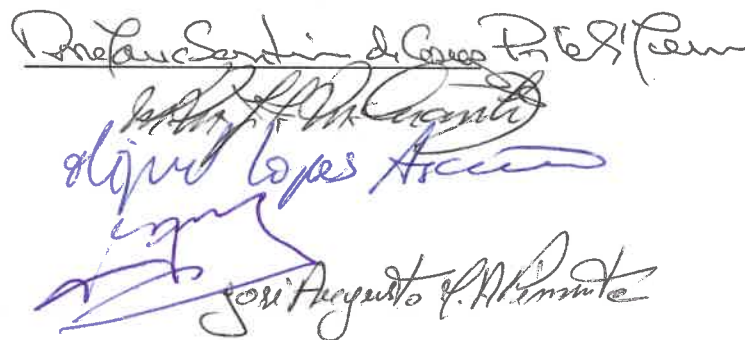
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Praia do Ribatejo, 31 de dezembro de 2025

Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Dr. Paulo Santos de Sousa
Dr. Augusto V. Almeida